

IRENE DE ARRUDA RIBEIRO CARDOSO

Imagens da
universidade e os
conflitos em torno
de seu modo de ser

12



C

ooperação universidade-empresa-Estado, parceria universidade-empresa, transferência de conhecimento da universidade para o setor produtivo, interface da universidade com o sistema empresarial, a universidade como prestadora de serviços - são algumas das formulações presentes nos discursos que circulam em diferentes fóruns: universidade, sociedades científicas, secretarias de ciência e tecnologia, instituições de fomento à pesquisa. Esses discursos têm apontado para a consciência crescente, da universidade e das instituições de fomento à pesquisa, no que se refere à necessidade dessas instituições poderem e deverem contribuir para o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Velhos dogmas e tabus da co-

IRENE DE ARRUDA RIBEIRO CARDOSO
é professora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

munidade acadêmica, cristalizados em posições puristas contrárias a uma ligação imediata da universidade com o Estado ou a sociedade, ou posições especificamente contrárias à interação universidade-empresa, viriam, paulatinamente, sendo substituídos por uma nova consciência, em que a questão da inovação tecnológica se coloca, para a universidade, não mais como uma opção, mas como uma exigência (1).

Propositalmente refiro-me a discursos que circulam e não propriamente a um debate, já que este, no momento, é quase inexpressivo. Mas apesar disso, outros discursos, com menor poder de abrangência pública, também estão em circulação, apontando para uma outra direção, a do engajamento necessário da universidade nas lutas populares recentes do país, condição da superação do estado ainda oligárquico e patrimonialista da sociedade brasileira (2).

As duas orientações dos discursos referem-se a uma questão comum: a da definição da relação da universidade com o seu contexto. De maneiras diferentes procuram definir o modo de ser da instituição no interior dessa relação.

Velhos dogmas e tabus? Novas questões? Ou será que se trata de uma mesma questão que atravessa a história da universidade, tanto na dimensão da longa duração, quanto na do passado mais recente dessa instituição no Brasil?

Permanecer numa posição inteiramente marcada pelas condições do presente, sujeita às suas exigências ou aos necessários engajamentos, significa, por um lado, adotar a perspectiva da relação imediata da universidade com a sociedade ou o Estado e por outro lado, levando em conta as diferentes orientações discursivas apontadas anteriormente, considerar que o modo de ser da instituição estará determinado pela capacidade de poder dessas orientações.

Colocar-se numa outra posição, qual seja, a de problematizar em si mesma a relação da universidade com o seu contexto, suscita a indagação sobre a permanência dessa questão na história da universidade. Essa permanência que emerge no presente, quando se toma o passado como referência, constituirá propriamente o problema a ser enfrentado.

O recurso à pesquisa historiográfica so-

bre a universidade, enfocando esse problema, permite perceber que ela é permanentemente atravessada por conflitos em torno de seu sentido, que tomam formas diversas nas conjunturas históricas, mas que indicam também a repetição de uma mesma questão.

A origem da universidade, assim como da Igreja e do Estado moderno, não é recente. A universidade surpreende pela sua longevidade e pela sua capacidade de decair e ressurgir (3). A reconstrução de algumas imagens a partir de recortes históricos permitirá visualizar a questão.

A universidade tem origem na Idade Média como corporação legal que adota o termo *universitas*, que designava qualquer espécie de associação legal. Antes de sofrer os efeitos dos poderes da Igreja ou do Estado, a universidade era apenas uma associação, isto é, uma “reunião de pessoas - professores e alunos - que partilhavam o ensino e debates numa cidade [...] A universidade não era ainda organizada com padrões e regras rígidas: sua finalidade - o estudo comum e o debate - sobrepunha-se aos meios que lhe serviam” (4).

Esta primeira imagem é significativa porque de algum modo expressa o início de um conflito permanente, na história da universidade, entre um modo de ser que preserva a autonomia na produção do saber e um outro que faz da instituição o lugar de respostas a demandas externas (seja em relação ao poder da Igreja, ao poder do Estado ou à própria sociedade). “Liberdade e autonomia, na instituição universitária, foram conseguidas em séculos de conflitos com os poderes laicos, religiosos, econômicos” (5). A sua longevidade, enquanto instituição, atesta o fato de que, apesar de ter servido, não raramente, “como fiel mantenedora dos limites a serem impostos ao pensamento” (6), manteve, sob a forma do conflito, permanentemente, o sentido daquela primeira imagem, qual seja, a da independência em relação ao seu contexto, sob a forma de uma autonomia da produção do saber.

A reconstrução histórica da universidade na temporalidade da longa duração permite perceber esse traço estrutural constitutivo da sua trajetória. Alguns exemplos, aqui rapidamente esboçados, permitirão visualizar como essas deman-

1 Cf. o conjunto de textos: José Fernando Perez, “Universidade-Empresa - a Parceria Necessária”, in *Folha de S. Paulo*, 6/1/95, p.1.3.; Flávio Fava de Moraes, “Entrevista”, in *Jornal da USP*, 12 a 18/12/1994, p.3; Oscar de Paula, “País ainda Enfrenta muitos Obstáculos para Crescer”, in *Jornal da USP*, 24 a 30/10/1994, p.3; Rogério Meneghini, “O Perfil Desejado de um Docente”, in *Jornal da USP*, 5 a 11/12/1994, p.2; Emerson Kapaz, “Desenvolvimento, Conhecimento e Cidadania”, in *Folha de S. Paulo* janeiro de 1995, p.1.3.

2 Zilda Márcia Gricoli Iokoi, “Intelectuais, Democracia e Poder: as Elites Acadêmicas no Brasil”, in *Revista ADUSP*, ano 1, nº 1, dezembro de 1994.

3 Kenneth Minogue, *O Conceito de Universidade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

4 Roberto Romano, “Universidade, Estatuto e Constituição Política”, in *Lux in Tenebris - Meditações sobre Filosofia e Cultura*, São Paulo, Cortez, 1987, p. 64. Cf. também: Jacques Le Goff, *Os Intelectuais na Idade Média*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

5 Roberto Romano, op. cit. p. 64.

6 Idem, ibidem.

das externas que tomam formas diversas nas conjunturas históricas expressam aquele conflito.

Assim é que numa outra imagem é possível perceber a tensão que foi produzida entre a *livre dignitas* e a sustentação socioeconômica.

“No interior da cidade comercial, o trabalho acadêmico é *ofício: negotia scholaria*. E isso exige meios econômicos para manter a vida e os estudos (livros, moradia, mestres, etc.). Recusando o trabalho manual como fonte de manutenção própria ou coletiva, os acadêmicos enfrentaram diretamente o dilema espesso dos limites materiais (e não só religiosos ou políticos) à sua liberdade de pensamento. Entre a dignidade, ideal laico e pagão subsumido no orgulhoso título de ‘filósofo’ [...] e a subsistência pecuniária, foi preciso encontrar uma saída. No século XV, como ainda demonstra J. Le Goff, o conflito entre a *livre dignitas* e a sustentação econômica resolveu-se pela adesão à segunda alternativa” (7).

Esta imagem, além de permitir a percepção do conflito na relação da universidade com o seu contexto - a sociedade -, traz para a atualidade uma outra questão, que não será objeto deste artigo, mas que vale a pena apontar: o conflito entre a universidade concebida do ponto de vista da vocação e o da profissão. Este conflito ainda atravessava a universidade brasileira, especialmente a USP, num passado recente e talvez, de um modo mais tênue, ainda a atravesse, em alguns de seus âmbitos.

A construção de uma terceira imagem conduz à percepção da relação da universidade com os poderes do Estado e da Igreja. Para o reitor da Universidade de Paris, a esta caberia a tarefa de “fornecer ao poder três técnicos de governo. Pelo seu estudo da medicina, ela ajudaria a conduzir os corpos. A práticas das Faculdades de Artes e Decretos orientaria a política. E à Faculdade de Teologia, finalmente, caberia controlar a vida divina: primeiro, a teologia, depois os estudos jurídicos, finalmente a medicina” (8). Como comenta Le Goff, “desse modo se apaga o papel intelectual da universidade, diante de seu papel político e espiritual. Papel político

que, aliás, é definido como subordinado aos fins propriamente espirituais” (9).

Uma quarta imagem pode ser reconstruída a partir dos séculos XVI-XVII, quando da emergência da ciência e da universidade modernas. Origina-se aí uma visão funcional e utilitária da ciência e da universidade (Bacon, Hobbes). Se houve na Idade Média, ainda que sob a forma do conflito, uma valorização das universidades, em função do seu afastamento do mundo das necessidades, agora o homem moderno começa a exigir a reformulação da instituição: trabalhar pela riqueza e pelo poder nacionais. A solução adequada para esses conflitos foi encontrada nos séculos XVII e subsequentes, com a criação de um grande número de academias de artes e ciências, escolas de comércio, seminários, institutos técnicos, politécnicos, etc. Todos esses cuidavam da difusão do conhecimento útil (10).

Esta quarta imagem é significativa porque marca a origem de um processo de consolidação de uma visão funcionalista da universidade que se estende até o mundo contemporâneo. É como se esse sentido, historicamente datado, desse origem a um modo de ser a-histórico da universidade. Todavia, o conflito permanece e no século XVIII pode ser percebido, no caso da universidade alemã, através das questões formuladas por Kant no texto *Conflito das Faculdades*. Nesta quinta imagem, o problema das demandas externas, a relação com o Estado, é visto sob o prisma da luta entre as faculdades, ou seja, da internalização do conflito no interior da própria universidade. Assim é que, diante das novas exigências do mercado e da sociedade civil, a ingerência do Estado na universidade, através de seus estatutos, se impõe no sentido de forçar uma “nova compreensão acadêmica, nos espartilhos estreitos da *eficiência e rentabilidade*, próprias à nova forma capitalista que se formava” (11). O conflito das faculdades, em torno de seus estatutos impostos pelo Estado, vai explicitar uma grande divisão no interior da universidade: as “faculdades superiores”, teologia, direito e medicina, que sofrerão diretamente as injunções do contexto externo, e a faculdade de filosofia, que, dada a natureza da produção do conhecimento e da sua não-utilidade imediata, ficará relativamente preservada daquelas

7 Idem, *ibidem*, p. 67.

8 Idem, *ibidem*.

9 Jacques Le Goff, “Conscience de l’Université Médiévale”, in *Pour un autre Moyen Age*, Paris, Gallimard, 1977, *apud* Roberto Romano, *op. cit.*, p. 67.

10 Kenneth Minogue, *op. cit.*, pp. 24-5.

11 Roberto Romano, *op. cit.*, p. 73.

injunções, podendo nela vigorar a autonomia da pesquisa. Fundamentalmente o conflito constrói-se, então, em termos da heteronomia e da autonomia: “as faculdades ‘superiores’, com suas regras vindas de fora, eram *menores e heterônomas*; [...] a faculdade ‘inferior’ (a Faculdade de Filosofia) pensa com a sua própria cabeça (autonomia) estabelecendo-se nela o ideal de publicidade tão caro ao liberalismo democrático” (12).

Esta imagem tem um duplo significado, importante, para a atualidade. Por um lado, aponta para a consolidação da visão funcional e utilitária da universidade (quarta imagem). Por outro, emerge, a partir dela, um modo de ser constituído pelo conflito interno, que se manifestou, no passado recente, por exemplo, na criação da própria Universidade de São Paulo - o conflito entre as escolas profissionais e a Faculdade de Filosofia - e que contemporaneamente continua a atravessar a universidade e, curiosamente, essa faculdade. Embora não seja objetivo deste artigo, não há como deixar de apontar que no conflito que hoje se dá no interior da Faculdade de Filosofia, em torno da sua divisão em institutos - que de fato reatualiza aquele que emergiu em 1968 na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras -, um dos sentidos envolvidos é o da sua funcionalidade em relação às demandas externas.

Na construção de uma sexta e última imagem da universidade, relativa ao mundo moderno e contemporâneo, é importante retomar a análise weberiana do processo de racionalização da cultura, que é caracterizado por uma diferenciação de suas esferas, cada vez mais autônomas: a ciência e a técnica, a arte, a moral e o direito. Cada uma delas passa a ter uma legalidade e uma lógica próprias e supõe contextos institucionais definidos. A racionalização também se manifesta na vida econômica através do cálculo racional, do trabalho assalariado e da incorporação da ciência e da técnica ao processo produtivo. Nesse processo, a universidade é um contexto institucional típico da esfera da ciência e da técnica e está cada vez mais constituída pelos procedimentos de incorporação da ciência e da técnica ao processo produtivo (mercado), pelo cálculo racional (relação custos-benefícios), pela presença do traba-

lho assalariado, por uma divisão do trabalho racional, por quadros administrativos de caráter burocrático, racional-legal. Esse processo é também marcado pela especialização crescente que caracteriza e diferencia as várias áreas da produção do conhecimento, assim como a especialização no interior de cada uma delas, produzindo subáreas cada vez mais especializadas. Weber, pensando na universidade alemã, percebia que esta caminhava na mesma direção das universidades americanas. E ao mesmo tempo em que diagnosticava e reconhecia esse processo no mundo contemporâneo, não o via sem preocupação: nele não haveria mais lugar para os ideais éticos, para os valores, a partir da instauração de um tipo de racionalidade dominante, a racionalidade formal, uma pura relação técnica entre meios e fins (13).

Esta tendência dominante, analisada por Weber, é, evidentemente, a que melhor caracteriza as questões que envolvem a universidade, hoje, formuladas no início deste artigo: a da relação da universidade com a empresa, a da transferência de conhecimento para o setor produtivo. No entanto - e esse foi o objetivo da reconstrução de algumas imagens da universidade na perspectiva da temporalidade histórica da longa duração - o que é importante reter é que essa perspectiva indica que a relação da universidade com o seu contexto é uma permanência problemática na sua história, que essa relação é constituída sempre através de um conflito em torno do seu modo de ser.

Antes de levar adiante essa discussão seria interessante tomar outros exemplos relativos a essa questão, construindo alguns recortes da história da universidade no Brasil, no passado recente (anos 30 aos anos 60), que permitam iluminá-la um pouco mais.

O primeiro recorte refere-se ao projeto de criação da Universidade de São Paulo, em 1934. Nele, as demandas externas já aparecem como questão, constituindo um conflito originário da instituição: a Faculdade de Filosofia, concebida como centro de altos estudos e da cultura livre e desinteressada, o lugar da produção da cultura filosófica, científica, literária e artística, tinha como objetivo também a formação das elites dirigentes de São Paulo e da naciona-

12 Idem, *ibidem*, pp. 74-5.

13 Cf. o conjunto de textos: Max Weber, “A Ciência como Vocaçãõ”, in *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1963; Max Weber, *Sobre a Universidade - o Poder do Estado e a Dignidade da Profissão Acadêmica*, São Paulo, Cortez, 1989; J. Habermas, “La Teoría de la Racionalización de Max Weber”, in *Teoría de la Acción Comunicativa I - Racionalidad de la Acción y Racionalización Social*, Madrid, Taurus, 1987.



lidade. Além disso, foi definida, embora de maneira vaga, no projeto, a *função social* da universidade, qual seja, a de atender à variedade e *necessidades* dos grupos sociais (14).

Um segundo recorte permite visualizar a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933, por inspiração de Roberto Simonsen, que tinha por objetivo formar a “elite instruída sob métodos científicos apta a estabelecer as ligações do homem com o meio social”, concebida como uma elite administrativa e empresarial (15).

Um terceiro recorte aponta para a criação, em 1947, a partir de estudos do Ministério da Aeronáutica, do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), “escola de engenharia que deveria oferecer cursos de mecânica, eletrônica e aeronáutica, e de um Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, destinado a apoiar a aviação comercial e indústria mediante encomendas”. A criação do ITA, com suas inovações acadêmicas, foi vista no interior do debate sobre a necessidade de modernização da universidade brasileira como uma referência importante: “ilha de ensino superior moderno num mar de escolas arcaicas, animou os reformadores do ensino, principalmente aqueles que viam na sua modernização o caminho necessário para que o país adquirisse a maioria científica e tecnológica” (16).

Em 1951, foi criado o CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas - dois anos depois do início do funcionamento do ITA, através de projeto elaborado por comissão presidida pelo almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva, que deveria estudar medidas para a pesquisa científica e tecnológica no Brasil. “Os objetivos do CNPq resultaram de uma combinação complexa de promoção da segurança e do desenvolvimento, entendidos ora numa perspectiva autonomista de rompimento dos laços de dependência, ora numa perspectiva de reforço desses laços, reeditados sob a forma modernizada” (17).

No mesmo ano foi criada a Capes (Campanha - depois Coordenação - do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação. Seu objetivo era o da “distribuição de bolsas de estudos no Brasil e no exterior, de modo a assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade sufici-

entes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país” (18).

Um quarto recorte permite apreender o momento caracterizado pelo acordo MEC-Usaid e pelo Relatório Atcon. Após uma série de acordos de cooperação técnica que se iniciaram em 1950, entre os governos dos EUA e do Brasil, celebra-se o acordo entre MEC e a Usaid, para organizar a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior. R. Atcon foi contratado pela Diretoria do Ensino Superior para propor alterações que julgasse necessárias para as universidades brasileiras (19). Essa proposta, que indicava a necessidade de uma modernização da universidade, tendo em vista o desenvolvimento do país, concebia: a educação como “instrumento de aceleração do desenvolvimento”; a universidade como estando a “serviço da produção prioritária”; a criação de “condições racionais para a administração universitária”; a universidade como sendo e devendo funcionar como uma empresa privada; a universidade estando subordinada ao “máximo de rendimento, com a menor inversão” (20).

Um outro recorte, que evidencia ainda a questão da relação da universidade com o seu contexto, é relativo à forma que tomou a extensão universitária nos anos 60. Basicamente a idéia era que a universidade deveria colocar seus recursos materiais, humanos e de pesquisa *a serviço* da comunidade, sem intermediação do mercado de trabalho. Essa posição, no contexto político do momento, visava especialmente o movimento estudantil e propunha que “as universidades, o empresariado e o próprio governo” deveriam “canalizar as demandas de participação política, de crítica ao subdesenvolvimento e ao imperialismo [...] para objetivos que reforçassem a ordem social e o próprio regime”. Foram expressivos dessa posição a criação dos Crutacs (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1966, e do Projeto Rondon, em 1967. O primeiro tinha um caráter basicamente assistencialista e o segundo, além desse caráter, incorporava também a doutrina da Escola Superior de Guerra (21).

Um último recorte permite apreender

14 Irene de A. R. Cardoso, *A Universidade da Comunhão Paulista*, São Paulo, Cortez, 1982.

15 Idem, *ibidem*, p. 157.

16 Luiz Antonio Cunha, *A Universidade Crítica*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, pp. 153-4.

17 Idem, *ibidem*, p. 156.

18 Idem, *ibidem*, p. 159.

19 Idem, *A Universidade Reformada*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 167 e segs. e p. 204.

20 “Relatório Atcon”, in *Revisão*, nº especial, Grêmio da Filosofia-USP, maio de 1967.

21 Luiz Antonio Cunha, op. cit., pp. 66 a 70.

um outro tipo de relação da universidade com o seu contexto. Dentro de uma diversidade de posicionamentos, apontarei alguns relativos ao momento em que o movimento estudantil, nos anos 60, teve como eixo político a questão da Reforma Universitária. É significativa a posição de Álvaro Vieira Pinto, diretor do Iseb e professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, expressa no livro *A Questão da Universidade*, que foi editado pela UNE (União Nacional dos Estudantes). Dentre outras questões, Vieira Pinto propunha o abandono da reivindicação da autonomia universitária. “Ele defendia que a autonomia universitária, nas condições existentes, seria uma ficção jurídica, ‘nociva aos interesses do povo’, pois estaria destinada a tornar a ‘clique universitária dominante’ livre para melhor desempenho da função de reprodutora da classe dominante” (22). “No caso brasileiro o que há a fazer é justamente reduzir cada vez mais a autonomia didática e administrativa da universidade, a fim de torná-la mais dependente das forças sociais progressistas, as massas e o povo em geral, representados pelos agentes políticos da comunidade, sobretudo pelos estudantes” (23). Essa posição - do abandono da reivindicação da autonomia universitária - e a relativa às medidas assistencialistas às “classes desvalidas” foram incorporadas pela Carta do Paraná, da UNE, de 1962. Essa Carta propunha como um dos objetivos da reforma universitária a criação da “intelectualidade revolucionária”. “A universidade reformada deveria se transformar na ‘vanguarda da revolução brasileira’, dirigindo e sendo dirigida por esse processo” (24).

•••

A questão mais imediata suscitada pela reconstrução dos recortes históricos da trajetória da universidade nas duas dimensões - da longa duração e do passado recente no Brasil - é relativa ao critério definidor do seu modo de ser. Se esse critério for o das demandas externas, que se configuram como “exigências” do presente, na definição da orientação ou do sentido que a universidade deve tomar, o que definiria propriamente que essas “exigências” fossem da parceria com a empresa ou a do engajamento nas lutas populares? Indo um pouco mais longe, o que definiria que a

universidade se constituísse como “vanguarda da revolução brasileira” ou como representante da doutrina da Escola Superior de Guerra? O que definiria, ainda, se deveria estar sujeita às normas e regulamentos eclesiásticos ou sujeita à proteção do rei? Se o critério definidor for o da capacidade de poder que cada uma dessas forças tiver nas conjunturas históricas diversas, para imprimir a sua orientação política, ideológica ou doutrinária à universidade, o que explicaria então a surpreendente longevidade da instituição?

Parece-me que o que as várias imagens e recortes reconstruídos permitem supor é que essa instituição tão antiga, a universidade, é constituída permanentemente por uma tensão em torno de seu sentido, que toma formas diversas nas conjunturas históricas. E que essa tensão pode ser percebida como construída na relação entre um modo de ser, a vontade de saber, que não pode ter os limites cerceadores do seu contexto, e um outro, o da moral do serviço de bens (a sociedade, o Estado, o mercado). Formulada de outro modo, a tensão entre uma produção de saber caracterizada por um movimento de saber ainda mais - e essa posição é inteiramente diversa daquela que postula a neutralidade ou o isolamento da universidade em relação às questões que o seu contexto lhe coloca - e a sujeição às demandas externas, que objetiva lhe imprimir uma orientação ou um sentido.

O reconhecimento dessa tensão talvez permita perceber a universidade como constituída por um traço de *inaturalidade* que poderia ser caracterizado pela sua capacidade de exceder os limites de sua época, de seu presente. Possivelmente, a esse traço possa ser atribuída a sua longevidade enquanto instituição.

Como questão final, decorrente dessas ponderações, poder-se-ia indagar se o que está sendo denominado de vontade de saber, enquanto produção do conhecimento que não tem limites cerceadores, e que em momentos diferentes da história da universidade contrariou - sob a forma da liberdade e da autonomia do pensamento - as demandas externas da Igreja, do Estado ou da sociedade, não se constituiria propriamente num traço de uma ética universitária, que deveria ser o núcleo da reflexão, hoje, sobre a instituição.

22 Idem, *A Universidade Crítica*, op. cit., pp. 232-3.

23 Álvaro Vieira Pinto, *A Questão da Universidade*, Rio de Janeiro, Editora Universitária/UNE, 1962, p. 78.

24 Luiz Antonio Cunha, op. cit., pp. 234 a 238.